

**A. I. N°** - 039300.1208/05-4  
**AUTUADO** - K L TRANSPORTES LTDA.  
**AUTUANTE** - HERMANO JOSÉ TAVERES  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/SUL  
**INTERNET** - 28.04.2006

## **1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF N° 0135-01/06**

**EMENTA:** ICMS. NULIDADE. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. Provado que as mercadorias não pertenciam ao autuado, configurando, assim, indicação errônea do sujeito passivo da relação tributária. Auto de Infração **NULO**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 09/12/2005, exige imposto no valor de R\$665,23, por falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte em situação irregular no CAD-ICMS (INAPTO), constante da nota fiscal nº 001319. Termo de Apreensão nº 039300.1209/05-0.

O autuado, às fls. 24/28, através de seu advogado, apresentou defesa alegando que a impugnação é apresentada em nome da KL Florestal Ltda., por ter sucedido a KL Transportes Ltda., com alteração contratual datada de 05/01/2004, já registrada na JUCEB e que o CNPJ constante na autuação é na verdade pertencente a KL Florestal Ltda.

Alegou que em 16/11/2005 requereu baixa junto a SEFAZ, tendo anexado protocolo da documentação, às fls. 34/44. Em 22/12/2005 foi autuado e que as mercadorias de consumo descritas na nota fiscal tem como destinatário KL Florestal LTDA., que se dedica a atividades dos serviços relacionados com a silvicultura e a exploração florestal, não exerce atividade comercial, sendo isenta da inscrição estadual. Disse que o Auto de Infração foi lavrado contra KL Transportes Ltda.

Requereu a nulidade por falta de elementos essenciais - nulidade absoluta, sob o fundamento de que o auto de infração deve conter os exatos e precisos ditames determinados na lei específica, e que na autuação existe vícios acarretando a nulidade do ato.

Protestou citando lições de Hely Lopes Meirelles a respeito de ato nulo.

Alegou impossibilidade de exercer o seu direito de defesa, citando o art. 5º, LIV e LV, da CF/88.

No mérito, contesta o auto de infração alegando não entrar em maiores detalhes por faltar ao ato administrativo a descrição fática de sua realização.

Requereu a procedência do pedido de anulação do Auto de Infração e o arquivamento do processo.

Auditor designado, ao prestar informação, às fls. 51/52, informou que a ação fiscal teve origem no desencontro cadastral, já que o autuado ainda estava com a inscrição suspensa por processo de baixa. O autuado modificou seu cadastro da Receita Federal, passando a realizar outra atividade utilizando o mesmo CNPJ. No novo cadastro sua atividade é relacionada à exploração florestal. Já para a SEFAZ sua atividade ainda era de transportador.

Esclareceu que os serviços relativos ao meio ambiente são tributados pelo município, conforme lista de serviços Anexo I, à exceção do fornecimento de mercadorias produzidas fora do local da obra, que ficam sujeitas ao ICMS e, as mercadorias adquiridas confirmam essa atividade.

Informou estar a descrição dos fatos indicada de forma clara e precisa, não havendo dúvida quando ao enquadramento legal, não se sustentando a alegação de nulidade com base no art. 18, II, do RPAF/99.

Disse que o autuado adquiriu as mercadorias para uso/consumo em situação irregular no cadastro de contribuintes, ficando sujeito à antecipação na forma realizada. E que o único excesso foi a aplicação da MVA na formação da base de cálculo. Citou o art. 167, do RICMS/97 que impõe a obrigatoriedade da empresa que encerrar suas atividades, argumentando que o autuado solicitou a baixa de sua inscrição, no entanto, não aguardou seu deferimento.

Opinou pela manutenção da autuação.

### **VOTO**

Das peças processuais constato que o contribuinte autuado solicitou baixa de sua inscrição, sob nº 175893/2005, inclusive, entregando na Repartição Fiscal de seu domicílio, em 16/11/2005 e 28/11/2005, os seus livros e documentos fiscais, conforme cópias dos documentos anexados aos autos, tudo em relação a empresa KL Transportes Ltda.

A mercadoria apreendida, acobertada pela nota fiscal nº 001319, tendo como destinatária a empresa KL Florestal Ltda., localizada na Av. São Paulo, 229, Município de Teixeira de Freitas/BA. com CNPJ 03.116.983/0001-14, e não, KL Transportes Ltda., empresa com inscrição suspensa por solicitação de baixa que estava localizada na Av. Salvador, 633, 1º andar, município de Mucuri/BA.

O autuado anexou ao processo cópias reprográficas da alteração contratual registrada na JUCEB sob nº 96490984, em 13/01/2004 e cópia do cartão do CNPJ, com os dados cadastrais da empresa KL Florestal Ltda, CNPJ 03.116.983/0001-14, tendo como data da situação cadastral, 03/09/2005. Na alteração feita na JUCEB a empresa KL Transporte Ltda passou a ser denominada KL Florestal Ltda., e, no cadastro do Ministério da Fazenda foi mantido o mesmo número da inscrição no CNPJ para a nova empresa. Também, consta ter havido alteração da atividade a ser desenvolvida pela nova empresa que passou para a “exploração do ramo de produção de carvão vegetal, serviços de plantio, replantio e colheita. Atividades dos serviços relacionados com a silvicultura e a exploração florestal”.

O único equívoco ocorrido é a indicação do número da inscrição estadual no documento fiscal emitido pelo fornecedor para acobertar a mercadoria transportada, fato que por si só não descaracteriza o documento fiscal, nem o caracteriza como sendo aquisição de mercadorias por contribuinte com inscrição em processo de baixa.

Pelos motivos acima expostos, observo que, no caso em exame, o autuado não pode figurar no pólo passivo do presente Auto de Infração, por isso, entendo que é nula a exigência fiscal, consoante o disposto no art. 18, inciso IV, alínea “b”, do RPAF/99, e, com base no art. 156 do citado Regulamento, representando à autoridade competente para que seja realizado novo procedimento fiscal, se for o caso, e a salvo de falhas.

Face ao exposto, voto pela NULIDADE do Auto de Infração.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **NULO** o Auto de Infração nº 039300.1208/05-4 lavrado contra **K L**

**TRANSPORTES LTDA.** Recomenda-se a análise da viabilidade de renovação do procedimento fiscal a salvo da falha apontada.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de ABRIL de 2006.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE/RELATORA

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – JULGADOR

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - JULGADOR